



CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

Parecer n.º 0166/25/PGC/CMI

INSTITUI A GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO AOS PROFISSIONAIS DOS GRUPOS OCUPACIONAL DE SECRETARIOS ESCOLARES E MANIPULADORES DE ALIMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAITINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **PARECER FAVORÁVEL.**

De Itaitinga/CE, 24 de novembro de 2025.

À Comissão de Constituição e Justiça – CCJ

A Procuradoria-Geral da Câmara Municipal de Itaitinga, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao art. 213, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno, apresenta parecer sobre o **PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 051/2025**, de iniciativa do **PODER LEGISLATIVO**, com o objetivo de subsidiar a Comissão de Constituição e Justiça na análise de sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, conforme o art. 162 do Regimento Interno.

É o Relatório.

1. Do Relatório

Trata-se do Projeto de Indicação nº 051/2025, de autoria do nobre Vereador Professor Ednaldo Tavares Xavier, protocolado nesta Casa Legislativa para o devido trâmite regimental. A proposição sugere ao Chefe do Poder Executivo a instituição de uma Gratificação de Incentivo destinada aos profissionais dos grupos ocupacionais de Secretários Escolares e Manipuladores de Alimentos da rede municipal de ensino.

Conforme o Regimento Interno desta Casa, a manifestação desta Procuradoria Jurídica para Projetos de Indicação não é obrigatória, cabendo a análise de mérito às Comissões Temáticas pertinentes.





CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA - CE
LEGISLANDO COM O POVO

Este parecer é emitido em caráter colaborativo e opinativo.

2. Da Análise Jurídica

A proposição, apresentada como Projeto de Indicação, segue o rito do art. 178 do Regimento Interno e apenas sugere ao Executivo a adoção de medida de sua competência privativa. Embora trate de remuneração de servidores — matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito (art. 48, §1º, I, LOMI) — não há vício de iniciativa, pois a Indicação não impõe obrigação nem usurpa competência.

Materialmente, a sugestão é compatível com a Constituição Federal, por promover a valorização dos servidores e atender aos princípios da eficiência e moralidade (art. 37 da CF). No plano financeiro, a Indicação não cria despesa nem exige estimativa de impacto orçamentário, requisito que só se aplica caso o Prefeito encaminhe projeto de lei.

A técnica legislativa é adequada e o instrumento é correto para matérias de iniciativa privativa do Executivo (art. 46, §1º, LOMI). Em conclusão, o Projeto de Indicação é legítimo, regular, constitucional e juridicamente possível.

3. Da Conclusão

Diante do exposto, **ESTA PROCURADORIA-GERAL MANIFESTA PARECER FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 051/2025**, cabendo às Comissões Temáticas e ao Plenário a análise de mérito da relevante sugestão apresentada.

É o parecer, SMJ.

Atenciosamente,

RENATO LOPES NOVAIS

Procurador-geral | OAB/CE n.º 53.647

